

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS
COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
VINÍCIUS SOARES RODRIGUES

**O FUTEBOL COMO INSTRUMENTO POLÍTICO DURANTE A DITADURA
MILITAR**

Varginha
2021

VINÍCIUS SOARES RODRIGUES

O FUTEBOL COMO INSTRUMENTO POLÍTICO DURANTE A DITADURA

Trabalho apresentado ao curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel, sob orientação lecionada pela Profa. Dra. Terezinha Richartz e orientado pelo Marco Antônio Leite.

**Varginha
2021**

VINÍCIUS SOARES RODRIGUES

O FUTEBOL COMO INSTRUMENTO POLÍTICO DURANTE A DITADURA

Trabalho apresentado ao curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel, sob orientação lecionada pela Profa. Dra. Terezinha Richartz e orientado pelo Prof. Marco Antônio Leite.

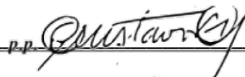
Aprovado em 30/11/2021



Prof. Gustavo de Souza Terra



Prof. Orientador Marco Antônio Leite



Profa. Ma. Gisele Cristina Nishiyama.

Dedico esse trabalho à minha avó Margaria
Inácio, que de onde estiver, tenho certeza que
está muito orgulhosa do seu neto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família por todo o apoio e confiança que me deram durante toda a minha trajetória. Também sou grato à minha namorada, que está ao meu lado desde o início dessa jornada. Aos professores, meu eterno obrigado por terem contribuído tanto durante esses quatro anos.

RESUMO

Durante a ditadura militar, o futebol foi usado como uma forma de instrumento político, fazendo com que o esporte fosse um canal de informação e propaganda do regime, numa época onde os principais meios de comunicação eram televisão, rádio e jornal, e o público em geral tinha como costume absorver a mensagem como verdade absoluta. Além, é claro, de também mostrar como o futebol, através de times e atletas, organizaram movimentos políticos com ideias antagônicas ao do governo. A monografia detalha como futebol e política se misturam e se influenciam, tendo como base uma pesquisa bibliográfica, consultando livros, artigos, matérias e reportagens sobre o tema, evidenciando que ao decorrer do regime civil-militar ambos eram completamente convergentes.

Palavras-chave: Futebol. Ditadura militar. Política.

ABSTRACT

During the military dictatorship, football was used as a form of political instrument, making sport a channel of information and propaganda for the regime, at a time when the main media were television, radio, and newspaper, and the public in It were generally customary to absorb the message as absolute truth. In addition, of course, it also showing how football, through teams and athletes, organized political movements with antagonistic ideas to the government. The research also details how football and politics mix and influence each other, demystifying the idea that has been propagated for a long time, that both are separate subjects and that they do not intersect.

Keywords: *Fotball. Military dictatorship. Policy*

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Revista Veja Edição 95.....	21
Figura 02 - Lista de estádios construídos ou ampliados durante a ditadura.....	26
Figura 03 - Faixa em apoio à Anistia na torcida do Corinthians.....	30

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 O USO POLÍTICO DA “PAIXÃO NACIONAL”	12
2.1 Ditadura e futebol lado a lado.....	13
2.2 A Seleção brasileira de João Saldanha, o “João sem medo”.....	16
2.3 Copa de 1970: controle, propaganda e ufanismo.....	17
3 O PLANO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL.....	22
3.1 O Brasileirão.....	24
3.2 “Onde a arena vai mal, mais um time nacional”	25
4 OS INSURGENTES DO FUTBEOL.....	28
4.1 Diretas Já e a Democracia corinthiana.....	31
4.2 O fim da ditadura.....	33
5 CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Há quem defenda a ideia de que política e futebol não se misturam, mas ao longo dessa análise veremos o quanto estão unidos e as relações que os fazem tão próximos, ainda mais por estarem ligados diretamente com a sociedade e com a cultura do país.

Os 21 anos em que o Brasil passou por um regime civil-militar evidenciou a importância do futebol para a política e vice-versa. A estratégia dos governantes da época em usar o esporte como propaganda pró-governo foi eficaz em diversos momentos, mas em outros nem tanto.

Nos campos político, social e cultural, o período em que os militares governaram o Brasil foi um dos mais importantes da história nacional, refletindo até os dias atuais, seja na política ou na sociedade. As décadas de 60, 70 e 80 também foram fundamentais na história do futebol praticado no país, a modalidade se consolidava como a maior fonte de entretenimento e se tornava o maior orgulho do povo brasileiro em geral. Todo o sentimento de nacionalismo e amor à pátria construídos e potencializados ao logo dos “Anos de chumbo”, tiveram no futebol um dos seus maiores expoentes.

Sendo assim, pretende-se analisar durante esta monografia, as principais medidas e ações do regime civil-militar na relação entre futebol e governo, que apesar de ser o mais impactante na história do país, não foi o único a usar o esporte como instrumento político.

Ao longo do trabalho, são destacados os anos que antecederam o golpe militar e como os governantes anteriores exploraram o esporte com o fim de se fortalecer. O Estado Novo de Getúlio Vargas é um belo exemplo disso e serve de contextualização para a forma que os militares usaram o esporte como propaganda.

Após 1964 (ano do golpe militar) o governo passa a ter na seleção brasileira o seu mais destacável meio propagandista, onde houve inclusive, interversões por parte dos militares, como no caso da seleção que disputou a Copa de 1966 e principalmente na de 1970, que triunfou no México, conquistando a *Taça Jules Rimet* e conseqüentemente presenteou os militares, que usaram a conquista a seu favor.

A imagem da seleção de 70 foi apropriada pelo regime com o objetivo de inflar o ufanismo do brasileiro e conseqüentemente vincular os feitos do time tricampeão ao governo, aproveitando assim para reforçar a ideia de que o momento vivido na época era o melhor possível, e tudo isso graças aos militares.

A partir daí o futebol passa a ser fundamental para os políticos, como no caso do Plano

de Integração Nacional, que tem na criação do Campeonato Brasileiro de futebol e nas construções de grandes estádios pelo Brasil, os principais focos para a expansão de poder do governo, através do esporte.

Já no fim da década de 70 e início da década de 80, houveram manifestações contrárias ao regime que partiram de clubes e jogadores, como no caso de Reinaldo, Afonsinho, Nando e da famosa “Democracia Corinthiana”, que foi importante para um dos maiores movimentos contra a ditadura militar, as “Diretas Já”, que tinha como principal objetivo a redemocratização do Brasil, por meio do direito ao voto da população brasileira, que ganhou força o suficiente para ser um dos propulsores da queda dos militares em 1985. Já em 1989, o povo se viu realizado, porque após 29 anos o país voltava a ter eleições diretas para presidente.

Por fim, a pertinência desta pesquisa pode ser justificada através do debate que cerca política e futebol, onde muitos defendem a ideia de que ambos não podem se misturar, porém, a realidade é outra, ainda mais quando são apontados diversos fatores relevantes que comprovam a importância e influência que o esporte mais popular do mundo tem dentro de uma sociedade, ainda mais quando é usado como um instrumento político pelos governantes.

2. O USO POLÍTICO DA “PAIXÃO NACIONAL”

Durante 21 anos o Brasil passou pelo período mais conturbado da sua história pós República, a ditadura militar, que foi instaurada no dia 15 de abril de 1964 pelo general Castello Branco, que tomou posse do governo e passou a ser o primeiro dos cinco militares que ficaram à frente do país até o ano 1985. De caráter autoritário e nacionalista, o regime que teve início após o golpe militar que destituiu João Goulart, então presidente democraticamente eleito, foi marcado por abusos de poder, torturas, censuras, assassinatos, além do controle da comunicação e informação, que fazia com que a opinião pública fosse manipulada.

Um dos meios mais eficientes para expandir e disseminar propagandas pró-ditadura, era através daquilo que já era considerado a “paixão nacional”, o futebol. O esporte que vivia seu ápice de popularidade entre os brasileiros no final da década de 60 e início da década de 70, se mostrava uma fonte muito eficaz, até porque, já havia sido usado como uma ferramenta política durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com o objetivo de centralizar as relações entre sociedade e o Estado, recorrendo a aspectos da cultura popular, como por exemplo, o rádio, o samba e, claro, o futebol, para criar o sentimento de unidade nacional.

Inicialmente a discussão do processo de desenvolvimento do Estado brasileiro em geral, e do futebol em particular, tem seus primórdios durante a primeira gestão de Getúlio Vargas, já que este foi um dos primeiros governantes a supervalorizar as práticas esportivas. O poder da burocracia durante o Estado Novo estava concentrado nas mãos de uma elite política, que buscava regulamentar a maioria das áreas de alcance social, a partir dos padrões estabelecidos pelo próprio governo federal. Essa posição pode ser verificada nos discursos e propostas governamentais. Cabe destacar, sobretudo, que tais ações políticas representavam a centralização das relações entre a sociedade e o Estado. (MEZZADRI, 2011, p. 409).

Sendo assim, o país passava por uma espécie de transformação social na década de 30, onde as ações para promover a coletividade estavam sendo potencializadas em prol do Estado, e o futebol surgia como uma forma de construção de uma identidade nacional, a fim de consolidar a base nacionalista. Foi aí, que uma das primeiras ações reguladoras e centralizadoras através do esporte, conseqüentemente no futebol, surgiu com o Decreto Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941 (BRASIL, 1941), que era uma norma editada no Brasil, com o intuito de regulamentar as práticas físicas e esportivas, que culminou na criação do Conselho Nacional de Desportos (CND).

[...] Este aparelho administrativo, vinculado ao Ministério da Educação (no último mandato de GV pelo Estado Novo), priorizava a educação física escolar como principal medida fomentadora para as práticas desportivas no Brasil. O embrião deste

Conselho foi concebido por teorias totalitaristas típicas da década de 1940, de caráter fascista. Estas teorias se utilizavam da educação física escolar como um mecanismo para a formação de futuros cidadãos, comprometidos com as causas patrióticas defendidas pelo poder vigente. Além do caráter de conscientização política, o Poder carismático exercido por Getúlio Vargas funcionaria como um reforço positivo para criar esta repercussão sobre o emprego dessa disciplina curricular. (EFDESPORTES, 2012).

Com isso, entendemos que com base no Decreto Lei, as práticas esportivas, sobretudo o futebol, passaram a ser um instrumento de imposição do governo, almejando uma nova organização social.

A partir daí, a modalidade ganhava ainda mais popularidade por ser usada como instrumento de propaganda e controle ideológico, de forma semelhante ao que ocorria na Itália fascista.

Com a massificação do esporte na década de 1930 (Naiff & Wolter, 2013), há um aumento do número de pessoas que se dedicam a acompanhar o espetáculo futebolístico, entendido, em suas primeiras décadas, como um esporte da elite. De acordo com Rinaldi (2000), já nesta época – Era Vargas – por meio da imprensa, o futebol era utilizado como “um veículo de propaganda no sentido de afirmar a ideologia e o pensamento político da classe dominante representada pelo governo institucional”. (NASCIMENTO; MENDES; NAIFF, 2014, p. 145)

Após todo o processo pelo qual passou durante o Estado Novo Vargasista, o futebol no Brasil ganhou ainda mais notoriedade e popularidade quando em 1950, no governo Dutra, o país realizou a sua primeira Copa do Mundo.

2.1 Ditadura e futebol lado a lado

Com o passar dos anos o esporte ficou cada vez mais em evidência, passando a ser o maior entretenimento do brasileiro e o governo militar que se instaurava na metade dos anos sessenta, via na modalidade um ótimo instrumento político e até contou com apoio de cartolas do futebol paulista, para a tomada do poder.

O golpe de 1964 foi organizado por militares, mas não seria possível sem o apoio de parte da sociedade civil. Neste contexto, os dirigentes de clubes paulistas foram protagonistas na conspiração contra João Goulart. Segundo René Armand Dreifuss, cartolas de Portuguesa, Palmeiras, São Paulo e Corinthians estiveram envolvidos nesse processo, como representantes da elite e comandantes de organizações populares. O presidente do São Paulo nesta época era Laudo Natel, também vice-governador do Estado e que se tornaria governador por dois mandatos entre o fim dos anos 1960 e o início dos 1970. (FORUM VERDADE, 2014).

Era claro que o Governo enxergava na modalidade, principalmente na seleção

Brasileira que já era bicampeã mundial, uma forma de fortalecer a sua imagem perante a sociedade.

Um exemplo disso foi quando o Regime, que tinha uma diretriz nacionalista, desenvolvimentista e anticomunista, cancelou um amistoso entre Brasil e União Soviética através da figura da Confederação Brasileira de Desportos (CDB). A partida havia sido marcada por João Goulart, que foi deposto do seu cargo de presidente, através do Golpe Militar. O então mandatário da República tinha como orientação da política externa, a aproximação com países socialistas.

Algum tempo depois, o maior evento futebolístico do planeta estava prestes a acontecer, tratava-se da Copa do Mundo de 1966 e como já era de se imaginar, os militares tinham como plano usar a competição e um possível triunfo da equipe canarinho no campeonato para atrelar a sua imagem à conquista e conseqüentemente angariar a simpatia popular, transmitindo a ideia de ‘normalidade’ política do País após o Golpe Militar de 1964, especialmente porque as oposições começavam a se rearticular ante as medidas arbitrárias praticadas pelo regime militarista.” (FARIAS; SOARES, 2016)

Após uma excursão bem-sucedida da seleção brasileira pela Ásia, África e Europa, toda a delegação, inclusive com Pelé e o Presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CDB) João Havelange, foram recebidos por Castello Branco no Palácio da Alvorada, numa clara demonstração de querer se apropriar da imagem do time que representaria o país na Copa do Mundo que seria disputada em Londres e também criar uma relação mais próxima, o primeiro presidente pós Golpe Militar encheu os atletas de elogios e afagos.

Outras estratégias foram adotadas naquele período pré-Copa de 66 pelo Governo com o intuito de passar uma imagem positiva daqueles “novo Brasil”. Entre elas, a que mais merece destaque, foi o fato de a Seleção possuir quatro times que se preparavam para o torneio mundial, totalizando 44 atletas. As equipes eram divididas pelas cores: verde, amarelo, azul e branco, e faziam incursões pelo território nacional, participando de amistosos nas capitais do país e em cidades do interior dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, com o objetivo de popularizar não a seleção, mas sim, o regime militar. (MEMÓRIAS..., 2013)

Era um Pão e Circo em cada ponto do Brasil. O povo esquecia em qualquer partida dos problemas que enfrentava como população para apreciar os grandes jogadores. Politicamente, em partes, deu certo. Mas no futebol dentro de campo, nas quatro linhas, não. A desorganização e o despreparo cobraram caro daquela seleção. (BRAYAN, 2018)

¹ (6min37s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JYPGMktWMnc&t=1179s>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Após toda essa espetacularização e sem uma preparação decente para o mundial, o resultado não poderia ser diferente, a participação da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1966 foi pífia.

O Brasil teve um dos maiores vexames na Copa do Mundo de 1966. Chegou como atual bicampeão mundial e foi eliminado na primeira fase, perdendo para Portugal e Hungria, vencendo apenas a Bulgária. O retorno da seleção da Inglaterra, anfitriã e campeã da Copa do Mundo, foi extremamente conturbada. João Havelange e membros da comissão técnica começaram a ser investigados pelo SNI³³. Os deputados federais queriam uma CPI para investigar o desempenho da seleção e os militares buscavam que os atletas pedissem desculpas públicas. (CASTRO, 2019, p 14)

O fim da década de 60 marcou o período mais violento da Ditadura Militar, onde a repressão e o abuso de poder cresciam através dos Atos Institucionais, que foram usados como mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, estabelecendo para eles diversos poderes extra constitucionais. No período entre 1964 e 1969 foram decretados 17 atos institucionais, entre eles, aquele que é considerado o mais duro de todos eles, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 18 de dezembro de 1968, durante o governo do general Arthur da Costa e Silva.

A norma resultou no fechamento do Congresso Nacional e das assembleias legislativas dos estados, permitiu a cassação de mais 170 mandatos legislativos, instituiu a censura prévia da imprensa e de produções artísticas e deu ao presidente a possibilidade de intervenção nos estados e municípios. (SUDRÉ, 2016)

A partir daí se iniciou aquele que é chamado de “Anos de chumbo”, que ficou ainda mais intenso durante o governo Médici e permaneceu assim até o final do em março de 1974. Esse período foi marcado pela consolidação da repressão.

O terceiro Presidente da Ditadura, General Emílio Garrastazu Médici, que assumiu o posto ainda no ano de 1969, passou a ter os instrumentos repressivos nas mãos, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Destacamentos de Operação Interna (DOI) e aos Centros de Operações e Defesa Interna (CODI), que tinham como principal função, perseguir os conspiradores do Regime, que cometiam o que era chamado de “crimes de subversão”, entre eles, artistas, professores, jornalistas, escritores, intelectuais, movimentos estudantis e sindicatos.

Havia também, o Serviço Nacional de Informações (SNI), que servia para coletar

algumas informações que seriam de interesse do governo. O foco, claro, era o de descobrir conspirações.

O que fez com a vigilância aumentasse sobre diversos setores da sociedade, incluindo os clubes de futebol, que passaram a submeter ao governo, o nome de cada postulante aos cargos de dirigentes. (HISTÓRIA..., 2020)²

Além dos clubes, as principais federações do futebol brasileiro: mineira, gaúcha, paulista e carioca, tinham o controle de amigos do regime, os homens de confiança do governo. Cada passo ou movimento era vigiado de perto.

A Confederação Brasileira de Desportos (CDB) era outro órgão que sofria muita interferência dos militares, inclusive, influenciando diretamente naquilo que era visto como uma das maiores ferramentas políticas do governo, a Seleção Brasileira de 1970.

2.2 A Seleção brasileira de João Saldanha, o “João sem medo”

Após a campanha desastrosa na Copa de 66, João Havelange se via pressionado por vários setores, principalmente os militares, que cobravam uma mudança na comissão técnica. Sendo assim, o Presidente da CBD autorizou Paulo Machado de Carvalho, que havia sido chefe da delegação brasileira nas conquistas das Copas de 1958 e 1962, a criar na Confederação Brasileira de Desportos, a Cosena (Comissão Seleccionadora Nacional), composta por Cartolas de federações que em grande parte eram representantes de militares ou políticos. Dentre as funções desse grupo, estava a de escolher o treinador da seleção e analisar a lista de convocados.

Foi aí que decidiram pelo retorno do treinador campeão do mundo em 1962, Aymoré Moreira, porém, após um desempenho irregular e com algumas derrotas surpreendentes, João Havelange demitiu Moreira e acabou com a Cosena, o que ia contra os interesses dos militares. Porém, o que mais iria desagradar a alta cúpula do governo seria a escolha do próximo treinador: o comunista convicto, João Saldanha.” (CASTRO, 2019).

A missão de João Saldanha não era as das mais fáceis, o treinador tinha como objetivo fazer o povo brasileiro superar o revés na Copa de 1966, além de recuperar o entusiasmo do torcedor que estava descrente e ausente dos estádios.

João Saldanha, gaúcho como Médici, dirigiu a seleção de 4 de fevereiro de 1969 a 17 de março de 1970. Nesse período, o Brasil se classificou com tranquilidade à Copa do Mundo, batendo todos os seus adversários nas eliminatórias com um futebol ofensivo

² (10min40s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hCIM3M5oi1Q&t=989s>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

e destemido, o que valeu ao time o apelido de “Feras do Saldanha”. Sua escolha para o posto de técnico da seleção surpreendeu: afinal, Saldanha era comunista militante. Mas o Brasil vinha de um estrondoso fiasco na Copa de 66 (fora eliminado na primeira fase), e a CBD, entidade privada, estava sob intensa pressão para renovar a seleção. (GUTERMAN, 2006, p. 76)

Naquele período (final dos anos 60) havia um forte controle imposto pelo Regime, através de mecanismos que conseguiam informações importantes para o governo, como por exemplo, o Serviço Nacional de Informações (SNI), que funcionava como um órgão de espionagem da ditadura, e é claro, João Saldanha era um dos alvos dos espões por ser considerado um civil subversivo, pois era declaradamente comunista. Sendo assim, havia uma forte pressão dos militares sobre a CBD, para que Saldanha não fosse o técnico da seleção durante a Copa do Mundo de 1970. (MEMÓRIAS..., 2013)³

Além disso, João “Sem medo”, como era conhecido por muitos, distribuiu um dossiê em que denunciava as atrocidades cometidas pelos militares – incluindo os nomes de mais de 3.000 presos políticos. A manutenção de Saldanha no cargo ficou insustentável. (CARTA CAPITAL, 2021)

Durante o seu trabalho, além da pressão dos militares, o treinador passou a conviver com críticas da imprensa pelo seu comportamento visceral, e também pelo desempenho abaixo das expectativas dos seus comandados em algumas partidas. Tudo isso fez com que sua demissão culminasse meses antes do início do torneio mundial.

[...] Dois resultados ruins, porém, em março de 1970, bastaram para a demissão. O Brasil perdeu da Argentina por 2 a 0 no Beira-Rio, em Porto Alegre, e, depois de dar o troco no Maracanã (2 a 1), empatou com o Bangu por 1 a 1. Pessoas ligadas àquela seleção apontam para uma decisão com base na postura extracampo. Saldanha era filiado ao PCB (Partido Comunista Brasileiro) em meio à Ditadura Militar e ainda entrou em rota de colisão com o presidente da república, Emílio Garrastazu Médici, por causa da convocação de Dario, o Dadá Maravilha, defendida pelo político. (SALGADO, 2020)

Pouco tempo depois da sua demissão, a Loteria Esportiva, que tinha o objetivo de prognosticar resultados de partidas de futebol, foi regulamentada no Brasil. Através das receitas obtidas o jogo chancelado pelo Governo militar e a Caixa Econômica Federal, a CBD sob o comando de João Havelange aumentou significativamente seus lucros. Logo, os ganhos da loteria se tornaram a principal fonte de renda da entidade, que pode investir alto na preparação brasileira para a Copa. (PIRES, 2020)

³ (14min00s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JYPGMktWMnc&t=1179s>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

2.3 Copa de 1970: controle, propaganda e ufanismo

No âmbito desportivo, a preocupação era outra, com a demissão de Saldanha meses antes da Copa do Mundo, a CBD tinha a missão de conseguir um novo comandante o mais rápido possível, e o nome mais cogitado era o de Otto Glória (técnico de Portugal na Copa de 1966), mas o substituto escolhido foi Mário Jorge Lobo Zagallo, o “Velho Lobo”, que havia sido um discreto, mas muito eficiente jogador das Copas de 1958 e 1962, e que iniciava uma carreira bem-sucedida como técnico do Botafogo. (GUAZZELLI, 2010).

Após Zagallo ter aceito ao convite para ser o treinador do time brasileiro, a comissão técnica que já contava com militares, passou a ter mais “reforços”, como agentes ligados à repressão e a inteligência, além da equipe de segurança. Juntos da delegação, os militares viajaram para o México para a disputa do mundial.

[..] o chefe da segurança da delegação brasileira na época, nome pouquíssimo mencionado, era o major Roberto Câmara Ipiranga dos Guaranis. O oficial era um torturador reconhecido historicamente e foi levado ao posto pelo brigadeiro Jerônimo Bastos, chefe da delegação no México.” (MARETTI, 2014).

A escolha do Major Guaranis como homem de confiança do Regime, na Seleção de 70, fazia parte do plano de controle e vigilância do governo. Guaranis foi posto naquela posição para controlar qualquer tipo de desvio, principalmente por já terem vivenciado isso com João Saldanha. O Major também atuava como mensageiro da Ditadura, era o informante ideal caso houvesse algum foco de subversão naquele time. A imagem era de um protetor da seleção atuando de fora para dentro, mas a proteção era feita de dentro para fora. (MEMÓRIAS..., 2013)⁴

O esquema de blindagem que a equipe de segurança da seleção fazia para que não saísse nada que não fosse bom para o Regime, foi eficaz, tanto é, que os nomes dos envolvidos passam despercebidos até os dias de hoje, quando o tema é Ditadura Militar.

Enquanto isso, no Brasil, o grande desejo do governo, principalmente do então presidente General Emílio Garrastazu Médici, era o de vincular a imagem da Ditadura à da Seleção e conseqüentemente aumentar a sua popularidade com o povo brasileiro através de um sentimento de ufanismo nacional. Para isso, era essencial que o time de Pelé e companhia conquistasse o tricampeonato.

⁴ (18min40s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JYPGMktWMnc&t=1179s>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

O caminho, no entanto, já estava sendo pavimentado para que governo e seleção caminhassem juntos através das propagandas, o que se fortaleceu ainda mais durante a Copa do Mundo. Quem teve papel importante nesse processo foi a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que tinha como responsabilidade cuidar do marketing, propagandas e relações públicas. O órgão teve início em 1968, no Governo Costa e Silva e foi até o fim do Governo Média, em 1974.

A AERP atuava a partir de políticas de terceirização da propaganda, contratando empresas de marketing para fazer campanhas em nome do governo. O objetivo inicial era o de retomar a confiança do povo no governo. A popularidade na época da Ditadura não era boa, principalmente nos anos de 1967 e 1968, quando ocorreu diversas manifestações no país, como a Organização da Guerrilha, a Passeata dos 100 mil, além de várias greves. Sendo assim, a AERP vinha numa tentativa de melhorar a imagem do Regime pós 68.

O clima das propagandas usadas não era de agressividade, mas sim, de alegria e euforia, trazendo a ideia de que no Brasil não havia conflitos, crimes e nem problemas sociais. O foco central era o de passar uma mensagem que o país tinha a chamada “unidade nacional” e a Seleção brasileira foi a representação prática desse Brasil alegre e unido, com jogadores sendo usados em propagandas na televisão, associados a produtos de prestígio e luxo como automóveis, refrigerados, entres outros, reforçando assim, uma imagem de alegria que o país vivia.

Essas propagandas eram interessantes para o governo porque elas mascaravam as atuações do DOPS, do AI-5, botando “panos quentes” por cima de todo o processo ditatorial, tratando o Brasil como um país alegre e que estava dando certo. (HISTÓRIA..., 2020)⁵

Todo esse processo de comunicação foi positivo para o governo e se potencializou ainda mais porque algo peculiar e que fez toda a diferença para o uso da seleção como propaganda do Regime, foi o fato da Copa de 70 ter sido a primeira a ser transmitida ao vivo pelas TVs brasileiras.

Mas o campeonato mundial de futebol de 1970 deve ficar como um marco importante ainda por um outro motivo. A febre futebolística dos brasileiros já é secular. Nenhum outro campeonato anterior, entretanto, terá atingido o que este atingiu em matéria de atenção e participação públicas. E a razão disso é a transmissão ao vivo, via satélite. [...] Não deixa de ser significativo que o Brasil entre assim na era da comunicação eletrônica pelo caminho do futebol. O que esta Copa está nos dando em termos de participação coletiva e de vibração popular é fruto, em boa parte, dos milagres da técnica moderna. O que experimentamos agora é uma espécie de ante-sala do mundo contemporâneo. [...] O que nos dão as transmissões do México é uma dimensão nova

⁵ (12min50s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hCIM3M5oi1Q&t=989s>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

da realidade, na escala própria da era eletrônica. Os fatos podem ser os mesmos, mas a consciência que temos deles é outra e outra é a reação coletiva. Jogamos cada um dos jogos no México à medida que vão sendo disputados. Somos milhões de participantes-testemunhas diante de acontecimentos que antes chegavam apenas como notícias (GUTERMAN, 2006, p. 116)

Inclusive, antes mesmo do mundial, o General Médici já sabia aproveitar desse espaço nas telas para de certa forma interferir no time brasileiro e naturalmente aumentar a sua ligação e do governo com a Seleção perante o público. Mas os “pitacos” não eram bem aceitos pelo então treinador João Saldanha.

Antes dos jogos, o presidente gostava de surgir na TV como um torcedor comum e até tentou escalar a seleção, sugerindo colocar o centroavante Dario como titular, o que era rejeitado pelo técnico João Saldanha. “Eu não escalo ministros, por que ele vai escalar jogadores?”, teria dito o treinador. Ligado ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), Saldanha foi substituído por Zagalo. Dario acabou convocado, mas não jogou. (CRUZ, 2020)

Com os mecanismos necessários para usar a Seleção a fim de conquistar o apoio popular através do sentimento de orgulho, a Copa de 1970 foi um terreno fértil para o Regime se empoderar. O que se concretizou após belíssima campanha do time brasileiro e o tricampeonato mundial conquistado no México.

Médici aproveitou a euforia pela vitória do selecionado – fora a primeira copa transmitida ao vivo pela TV brasileira – para massificar campanhas publicitárias. Milhões de brasileiros se emocionavam com a seleção e cantavam “De repente é aquela corrente pra frente/ Parece que todo o Brasil deu a mão! (...) Pra frente Brasil! Salve a seleção!”. (FERREIRA, 2019)

“Pra Frente Brasil” foi lançada no auge da ditadura militar para embalar o tricampeonato da seleção na Copa do Mundo de 1970 no México – e passou à história como uma peça de propaganda para louvar o “Brasil do milagre” alardeado pelo regime de exceção. (CRUZ, 2020)

Composta por Raul de Souza e Miguel Gustavo, a música foi a vencedora de um concurso organizado pelos patrocinadores dos jogos e, até hoje, é lembrada quando se fala da vitoriosa campanha brasileira. Na época, o país vivia sob o AI-5, instituído dois anos antes pelo presidente e general Artur da Costa e Silva. Em 1970, já então no posto de presidente, Emilio Garrastazu Médici percebeu que a vitória da seleção – e também os versos ufanistas da canção – poderiam ser usados para conquistar os corações e mentes dos brasileiros, que já viviam em um país sob censura e que torturava e matava presos políticos. (CRUZ, 2020)

Segundo Lino e Hintze (2017) “Os versos desta canção combinaram fatores como:

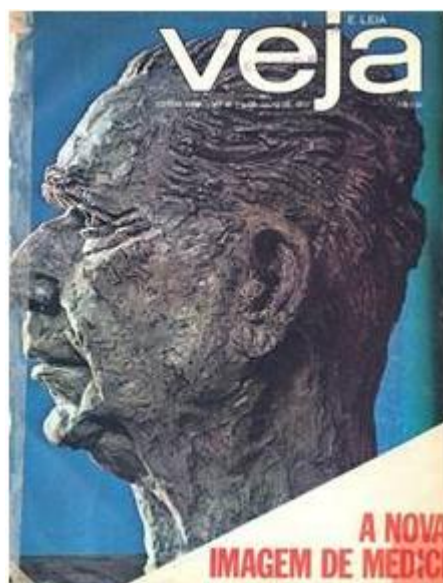
ufanismo, otimismo, progresso, unidade e identidade nacional, reunidos pelo tema central futebol, que foi sistematicamente reforçado como a ‘paixão nacional’.” Sendo assim, a canção fazia um paralelo entre a conquista da seleção e o governo da época, o que serviu para o Regime atrelar e reforçar ainda mais a sua imagem com a conquista da taça.

A figura do presidente General Médici foi a mais usada pelo governo com o intuito de fazer uma associação simples e genuína a realidade popular. Algo comum entre governantes, é o fato de usarem símbolos populares para parecer mais ligados às massas. De certa forma, Médici já tem uma ligação com o futebol, com isso, foi até mais fácil.

Dentro do governo, ministros importantes tratavam de dar publicidade a essa característica do presidente, vinculando-a à “brasileiridade” de Médici e à sua condição de “homem comum”. Jarbas Passarinho, que ocupava a pasta da Educação, era um dos mais eufóricos: “Todos conhecem seu nacionalíssimo gosto pelo futebol. Dou meu testemunho da emoção com que o presidente assistiu a todos os jogos, torcendo com o entusiasmo do brasileiro normal e do homem comum que o elevado cargo não modificou”.(GUTERMAN, 2006, p. 57-58)

Inclusive, uma semana após a conquista da Taça Jules Rimet, foi publicado uma edição da revista *Veja* que tinha como capa o busto do presidente Médici, com o seguinte título: “A Nova Imagem de Médici”. (VEJA, 1970). Além da capa, no interior da revista tinha trechos evidenciando a forte ligação do General com a conquista, junto de uma foto do mesmo com uma bandeira do Brasil. Sendo assim, a edição 95 da revista *Veja* afirmava que Médici era a imagem do sucesso. (FINO; HINTZE, 2017).

Figura 01- Revista *Veja* Edição 95



Fonte: (FINO; HINTZE; 2017, p. 1)

Se o brasileiro já tinha o futebol como uma das suas maiores paixões, a conquista do tricampeonato mundial aumentou ainda mais o vínculo da nação com o esporte e de acordo com alguns relatos, após a seleção encantar o mundo em 1970, o Brasil ficou conhecido por boa parte do mundo como o “País do futebol”. Aproveitando do momento e para fortalecer o discurso do Regime, que era o de unidade nacional, “um mês depois do título, Médici assinava o decreto-lei que dava início ao Plano de Integração Nacional, o PIN. O projeto visava criar uma unidade maior entre as diferentes regiões do Brasil e também fomentar o crescimento de áreas antes isoladas. (FINO; HINTZE, 2017).

O Médici vê no futebol a chance para mostrar na prática o seu discurso de integração. Era um período de expansão da fronteira agrícola, de construção da rodovia Transamazônica. E o Campeonato Brasileiro servia para corroborar esse processo. O governo viabilizou o torneio através do Ministério da Cultura, com ajuda financeira. Na época, as maiores questões eram quanto aos custos das grandes viagens. E o poder público passou a custear esses traslados e as estadias. Antes disso, sem a intervenção do governo, esse diálogo que era próprio da CBD não existia (STEIN, 2014)

Política e futebol estavam juntos através de um plano econômico e social. A capacidade de mobilização do esporte mais querido foi interpretada como um catalizador para as propostas de integração nacional via Campeonato Brasileiro de Clubes, de forma que o certame serviu a esse propósito na década de 1970. (SCHATZ; ESPÍNDOLA, 2016)

3 O PLANO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

O discurso de unidade nacional sempre esteve presente no regime militar. A ideia de uma integração das regiões de um país do tamanho do Brasil era um dos objetivos de Médici e demais governantes da época, e foi no futebol que os militares viram um caminho para fomentar isso. (JORGE; CASTILHO, 2020).

De acordo com Schatz e Espíndola (2015, p. 308) a estratégia do uso da geopolítica para consolidar uma integração nacional no Brasil já vinha de anos. “Os governos de Getúlio Vargas (1930-1945) articularam políticas para o desenvolvimento nacional e apresentaram preocupações com a ampliação da economia e a integração do território brasileiro.”

Na época em que o Brasil foi governado por Getúlio Vargas, havia uma forte influência da conjuntura internacional dos regimes totalitários, sendo assim, ideias nacionalistas dominaram a política, fazendo com que algumas estratégias fossem traçadas a partir disso, como os ideais geopolíticos, que foram relacionadas à necessidade de integração política e

territorial, fazendo com que as principais ferramentas utilizadas para que ocorresse a integração social, fosse o rádio e, é claro, o futebol. (SCHATZ; ESPÍNDOLA, 2015).

A propaganda varguista foi amplamente favorecida pela difusão do rádio, principalmente na década de 1930, o que contribuiu também para a promoção do futebol no interior do país e para a transmissão dos discursos políticos do presidente Vargas. Assim, o governo de Getúlio Vargas propunha agregar o futebol à ideologia do Estado como ferramenta disciplinadora, e também prezava pela valorização das características mestiças dos brasileiros por meio do esporte entendendo o futebol como um potencial integrador social. (SCHATZ; ESPÍNDOLA, 2016 p. 309)

Com o futebol sendo um meio para a socialização das pessoas, o esporte se tornou uma forma de promover a coletividade e passou a ser desejo de muitas pessoas por conta da ascensão social. Nesse processo de popularização, houve um crescimento muito grande da modalidade, o que o fortaleceu dentro do plano de uma criação de identidade nacional, até então pulverizada pelo interior do país. (MEZZADRI et al, 2011).

Para se consolidar como um projeto efetivo através do futebol, o plano da criação de uma identidade nacional tinha que abranger diversas regiões do Brasil, e era por meio de uma competição que isso seria possível.

Foi aí que em 1933 ocorreu a criação da Taça Rio-São Paulo, que antecedeu o Campeonato Brasileiro, porém, a Taça Rio-São Paulo foi alvo de várias críticas porque se restringia somente ao eixo Rio-São Paulo, o que fez com que a CBD se posicionasse de forma contrária à competição e passou a formular um campeonato nacional. Porém, os desafios para as pretensões da CBD eram as dimensões continentais do Brasil, o calendário dos clubes que privilegiavam as competições estaduais, além das excursões nacionais e da falta de recursos financeiros da CBD.

Alguns anos depois, mais precisamente na década de 1950, os primeiros campeonatos regulares começaram a romper as fronteiras e atingir outras regiões do país, além do Sudeste, como no caso da Taça Brasil, que tinha o objetivo de indicar um representante brasileiro para a Copa dos Campeões das Américas, que depois passou a ser conhecida como Taça Libertadores. O torneio passava longe de uma integração nacional, pois era uma competição mata-mata com os campeões de cada estado. Já durante a ditadura, em 1967, aconteceu a primeira edição do Torneio Roberto Gomes Pedrosa, que foi uma expansão do Torneio Rio-São Paulo, agregando clubes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e que no ano seguinte contou também com a participação de equipes da Bahia e de Pernambuco. (STEIN, 2014).

O caminho para um torneio maior e que englobasse todas as regiões do país estava

pavimentado. Num momento propício, onde a loteria esportiva promovia ideias de otimismo, a seleção acabara de vencer a Copa do Mundo e o país passava pelo aclamado ‘Milagre Econômico’, a Plano de Integração Nacional veio a calhar, e com ele, a criação do Campeonato Brasileiro, que foi uma peça fundamental para a engrenagem.

3.1 O brasileiro

A primeira edição do Campeonato Brasileiro foi realizada um ano após a conquista do tri-mundial, em 1971, contando com vinte clubes, sendo três de Minas Gerais, cinco de São Paulo, cinco do Rio de Janeiro, dois do Rio Grande do Sul, um do Paraná, um da Bahia, um do Ceará e dois de Pernambuco. O principal objetivo do certame era o de ser um dos principais elementos do Plano de Integração Nacional, o que significava ser o meio com maior legitimidade para se estabelecer uma entidade nacional com o fim de gerir o esporte, tornando-a como mais uma estratégia que visava a manutenção da ordem estabelecida. (SILVA, 2016).

Apesar da proposta de integração nacional o primeiro Campeonato excluiu clubes de alguns estados que manifestaram descontentamento. Foi o caso dos clubes de Goiás que organizaram uma competição paralela nomeada de Torneio de Integração Nacional. (SCHATZ; ESPÍNDOLA, 2015)

Em sua primeira edição o Campeonato Brasileiro possuía 20 clubes. Sendo quatro times do Nordeste, treze do Sudeste e três do Sul, excluindo totalmente as regiões Centro-Oeste e Norte. Esses números deixaram muitos insatisfeitos, em que pese o tamanho do país, dentre estes, importantes políticos. Paralelamente, criou-se um campeonato composto por aqueles que foram desprezados pela CBD. O certame chamado de Torneio da Integração Nacional contava com dezesseis clubes de onze estados, sendo quatro deles ausentes no campeonato brasileiro, e com todas as regiões representadas. Com o apoio do governador Leonino di Ramos Caiado da Arena, o estado de Goiás, ausente na edição inaugural do Campeonato Brasileiro, liderou o movimento e sediou a disputa. Seis clubes goianos entraram no certame, com o título indo para o Atlético Clube Goianiense. (SILVA, 2016, p. 6)

O Torneio Integração Nacional mostrou que a maior liga do país não era completamente integradora por conta dos estados excluídos. Isso foi um motivador para que em 1972, o campeonato passasse a contar com mais seis times de cinco estados: Alagoas, Amazonas, Pará, Rio Grande do Norte e Sergipe, totalizando 37 participantes, sendo dois desses da região Norte, que não teve representantes na primeira edição. (STEIN, 2014).

A adição de mais clubes no campeonato foi o primeiro passo no processo de integração realizado pelo governo Médici, por meio do futebol, e não parou por aí. No ano seguinte, em 1973, a competição passou a contar com 40 clubes, quando mais seis estados

(Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Piauí e Santa Catarina), além do Distrito Federal, passaram a ter equipes na liga. Por fim, o número voltou a aumentar só dois anos depois, com a entrada do único estado que faltava, a Paraíba. Em 1979, com a criação do Mato Grosso do Sul, 21 dos 22 estados passaram a contar com representantes. O Acre ficou de fora porque se profissionalizou apenas em 1989. (STEIN, 2014).

No período de 1974 a 1979, houve um aumento vertiginoso no número de clubes participantes no Campeonato Brasil, passando de 40 para 94 equipes. Esse inchaço teve como motivação interesses políticos. Em 1974, nas eleições parlamentares, em meio ao processo de abertura política iniciado por Geisel, o partido de oposição MDB acabou saindo vitorioso nas urnas, dobrando o número de representantes na Câmara dos Deputados – com 37,8% das cadeiras – e conquistando 16 das 22 cadeiras do senado. No ano seguinte, o Almirante Heleno Nunes, ligado a ARENA, assume a presidência da CBD, num momento em que equipes eram incluídas no Brasileiro. Segundo o então presidente da Confederação Brasileira de Desportos, aquilo era ‘para mais times pequenos participarem da festa’, mas havia uma clara politização, uma intenção de conseguir votos. Era um trampolim para a Arena no interior do País. (SILVA, 2016)

Naquela ocasião já não havia critérios técnicos como acesso e descenso de divisão ou classificação em campeonatos estaduais. A justificativa usada ainda era a integração nacional e modernização do interior, onde essa diferença entre os partidos era mais nebulosa. Foi aí que surgiu a expressão atribuída a Nunes: “Onde a ARENA vai mal, mais um time no nacional”. (SILVA, 2016).

3.2 “Onde a arena vai mal, mais um time nacional”

A expressão “Onde a ARENA vai mal, mais um time nacional” fazia sentido por toda a questão do aumento desenfreado de clubes participantes no Campeonato Brasileiro. Equipes desconhecidas como Leônico (BA), Tiradentes-PI e Dom Bosco (MT) representavam bem isso. O fato de inserir o time no campeonato nacional significava integrar a comunidade, o que trazia representatividade para as pessoas das mais diversas regiões do país. Mesmo que a cidade da equipe fosse pequena, não tivesse recursos financeiros, não fosse populosa, era criado uma sensação de pertencimento através do futebol. Além disso, havia um ganho na visibilidade com o nome na loteria esportiva, as matérias publicadas pela imprensa e os gols transmitidos pela TV. (STEIN, 2014).

Além da participação de dezenas de clubes naquele que é o maior campeonato

de futebol do país, houve também outros mecanismos atrativos dentro do plano de integração e interiorização nacional, que foram as expansões de infraestruturas, através da construção de vários estádios de futebol e expansão de tantos outros, como o estádio do Pacaembu, que inaugurado em 1940, teve uma grande ampliação em 1970, assim como o Estádio do Morumbi, inaugurado em 1960 para os jogos do São Paulo Futebol Clube, e que também veria uma grande ampliação em 1970, o estádio Serra Doura (SE), inaugurado em 1975, o estádio Vivaldão em 1970 (AM), o estádio Mangueirão (PA) em 1978 e o estádio Universitário Pedro Pedrossian (MT) em 1971, entre outros exemplos. (SCHATZ; ESPÍNDOLA, 2015).

Segundo Gerson Fraga, por meio dos estádios, a grandeza do futebol se alinhava à grandeza do projeto político: “Eles eram construídos em bolsões do país que não estavam em pleno desenvolvimento, muitos no Norte e no Nordeste. Eram obras gigantescas para dar visibilidade, uma forma para o governo marcar presença”. (STEIN, 2014)

Figura 02- Lista de estádios construídos ou ampliados durante a ditadura

Estádio	Cidade	Ano de inauguração	Estádio	Cidade	Ano de inauguração
Palma Travassos	Ribeirão Preto-SP	1964	Almeidão	João Pessoa-PB	1975
Mineirão	Belo Horizonte-MG	1965	Alfredo Jaconi	Caxias-RS	1975
Barão de Serra Negra	Piracicaba-SP	1965	Amigão	Campina Grande-PB	1975
Lomantão	Vitória da Conquista-BA	1966	Serra Dourada	Goiânia-GO	1975
Abreução	Marília-SP	1967	Verdão	Cuiabá-MT	1976
Santa Cruz	Ribeirão Preto-SP	1968	Índio Condã	Chapecó-SC	1976
Rei Pelé	Maceió-AL	1968	Centenário	Caxias-RS	1976
Vila Euclides	São Bernardo-SP	1968	Estádio do Café	Londrina-PR	1976
Beira-Rio	Porto Alegre-RS	1969	Willie Davids	Maringá-PR	1976*
Batistão	Aracaju-SE	1969	JK	Itumbiara-GO	1976
Vermelho da Serra	Passo Fundo-RS	1969	Bezerrão	Gama-DF	1977
Morumbi	São Paulo-SP	1970*	Décio Vitta	Americana-SP	1977
Colosso da Lagoa	Erechim-RS	1970	Limeirão	Limeira-SP	1977
Martins Pereira	São José dos Campos-SP	1970	Mangueirão	Belém-PA	1978
Lanchão	Franca-SP	1970	Walter Ribeiro	Sorocaba-SP	1978
Vivaldão	Manaus-AM	1970	Serejão	Taguatinga-DF	1978
Romeirão	Juazeiro do Norte-CE	1970	Pituaçu	Salvador-BA	1979
Moreirão	Campo Grande-MS	1971	Lacerdão	Caruaru-PE	1980
Presidente Medici	Itabaiana-SE	1971	Romildão	Mogi Mirim-SP	1981
Arruda	Recife-PE	1972	Moacyrzão	Macaé-RJ	1982
Uberabão	Uberaba-MG	1972	Olimpico Regional	Cascavel-PR	1982
Machadão	Natal-RN	1972	Castelão	São Luís-MA	1982
Albertão	Teresina-PI	1973	Prudentão	Presidente Prudente-SP	1982
Castelão	Fortaleza-CE	1973	Ipatingão	Ipatinga-MG	1982
Jauzão	Jauá-SP	1973	Parque do Sabiá	Uberlândia-MG	1982
Mané Garrincha	Brasília-DF	1974	Kleber Andrade	Cariacica-ES	1983

Fonte: (STEIN, 2014)

Os times e os campeonatos não eram a única forma para o plano se concretizar por meio do futebol. As obras faraônicas que simbolizam grandeza e modernidade também foram parte importante do projeto; o dito “milagre econômico” seguia a todo vapor, com o país crescendo como uma das maiores economias do mundo durante a década de 70. O governo se apropriou de um ideário de progresso associando-o ao maquinário político do regime, através de grandes

obras ao redor do país, da usina atômica a ser montada em Angra dos Reis, a realização de grandes obras de novos e extensos metrô em Rio e São Paulo, além do principal projeto de integração nacional, a construção da rodovia Transamazônica, com seus mais de quatro mil km ligando a Paraíba ao coração da Amazônia. O futebol não ficaria fora disso, no plano privado e no plano público. (JORGE; CASTILHO, 2020)

É importante lembrar que o país viveu dois períodos de alto crescimento econômico: o do Milagre Econômico (na virada dos anos 1960 para os 1970), e o do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), que levaram o país a crescer a altíssimas médias anuais, enquanto o mundo passava por um período difícil, por causa da crise do petróleo em 1974. Às custas de um crescente endividamento externo e de uma inflação auto-alimentada pela correção monetária, o governo criava um ambiente de prosperidade artificial para encobrir os problemas políticos e os "inimigos" da ditadura. Para criar esse ambiente, o futebol era uma peça importante. (SANTOS, 2002, p. 52).

Ao mesmo tempo em que as construções de grandes estádios faziam parte de uma estratégia geopolítica e de integração nacional com o intuito de angariar apoio popular das comunidades de cidades e regiões onde se erguiam as arenas, havia também a intenção de mostrar para a população que o Brasil estava com uma boa situação econômica.

Mas ainda com todo investimento, essas obras não garantiram o sucesso esperado. Até havia bons públicos nos estádios, porém, isso não acontecia em partidas locais, a não ser, quando os clubes mais tradicionais dos principais centros do país jogavam por lá. Além de jogos da Seleção, que realizava amistosos em muitas dessas obras recém-inauguradas. O governo não estava preocupado com o conforto dos estádios, queria colocar a população em contato com a seleção, fazer com que as pessoas vissem a representação da nacionalidade através do futebol (STEIN, 2014).

No fim da década de 70, o discurso de 'milagre econômico' começou a cair por terra, o Brasil passava por uma crise econômica, o que de certa forma afetou o futebol brasileiro na época, somado ao fato de que houve um inchaço no Brasileirão de 1979, que acabou tendo de reduzir o número de participantes em 1980, passando a contar com 44 times, porém, ainda com todos os estados presentes, o que tornava inviável algumas coisas importantes que aconteciam nos bastidores, como o aumento da transmissão dos jogos ao vivo, que começou a crescer no final da década de 1970 e se tornou mais comum no início dos anos 1980. Não era de interesse da televisão transferir seus equipamentos para pequenas cidades, havia um custo muito grande, principalmente após a crise do petróleo, que foi o golpe final para derrubar a economia brasileira, e fez a ditadura perder um de seus pilares. (STEIN, 2014).

Diante de todas essas dificuldades econômicas que foram aumentando durante os anos

70, mais todos aqueles problemas que sempre estiveram ligados à ditadura, como os inúmeros casos de censura, torturas e o cerceamento da liberdade, alguns movimentos contrários ao regime foram surgindo e crescendo com o tempo e o futebol estava ligado a eles, e acabou sendo um meio importante para a conquista da democracia.

4 OS INSURGENTES DO FUTEBOL

Ao longo da ditadura, o futebol foi usado como instrumento político pelo governo militar. Clubes, cartolas, atletas, estádios, campeonatos e principalmente a seleção brasileira foram alvos dos planos do regime, que tinha o objetivo de conquistar apoio popular por meio da simpatia e afeto que o povo tinha pelo esporte.

Após os Atos Institucionais, principalmente o mais impactante deles, o AI-5, como já mencionado ao decorrer desta monografia, as ações de repressão do governo passaram a ser mais intensas. Com o aumento da violência, censura, vigilância e demais práticas violentas, alguns movimentos antagônicos ao regime foram crescendo e outros surgindo, principalmente àqueles ligados aos ideais comunistas que combatiam os militares.

Um exemplo disso, foi quando um grupo de guerrilheiros revolucionários, conhecidos como Membros da Dissidência Comunista da Guanabara, que adotou o nome de MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), juntos da ALN (Ação Libertadora Nacional) sequestraram o embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, na cidade do Rio de Janeiro. Os sequestradores exigiram, além da divulgação na mídia do manifesto contra o regime militar, a troca do embaixador pela liberdade de 15 presos políticos. (CORTERCERTU, 2019).

Além desse ato, houveram outros tantos, por vezes mais violentos, quando por exemplo, o lema era a da luta armada, que tinha na figura de Carlos Mariguella, (considerado o inimigo “número um” do regime), o seu maior representante, ou através de manifestações mais brandas, que eram feitas através da arte, sendo representadas por movimentos musicais como o Tropicalismo, que contava com compositores e cantores como Tom Jobim, Vinícius de Moraes, Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil. Nomes importantes desse período.

O Tropicalismo foi certamente um dos movimentos mais representativos desse período. Engajados no duplo propósito de se posicionar criticamente à Ditadura e de pensar a formação de uma identidade nacional, os tropicalistas se sobressaíram ao defenderem a importância do intercâmbio com as demais culturas do mundo. Deste modo, se por um lado se posicionavam criticamente ao “imperialismo econômico norte-americano”, por outro se utilizavam da “estrangeira” guitarra elétrica e de outros influências do Rock'n Roll. (MARTINS JUNIOR, 2011).

No meio do futebol também tiveram alguns insurgentes que se rebelaram contra a ditadura militar. Foi o caso de Reinado, craque do Atlético Mineiro, que tinha como marca registrada, a sua comemoração com um braço erguido e o punho cerrado, inspirado no movimento dos Panteras Negras. “Eu simplesmente usava minha tribuna como pessoa pública para chamar atenção. Usava meu gesto como propaganda da necessidade de democracia. Dava uma entrevista ou outra, mas nunca fui uma pessoa engajada, de participar dos movimentos. Minha atividade era jogar bola”, conta Reinaldo à Trivela. (STEIN, 2014)

E não era só dentro de campo que o ‘Rei’, se manifestava. Uma das mais importantes declarações foi para o semanário Movimento de 6 de março de 1978, as vésperas da Copa do Mundo da Argentina, com a seguinte manchete: “Reinaldo: bom de bola e bom de cuca” e a chamada da matéria:

O mais novo fenômeno do futebol, o centroavante Reinaldo também é bom das ideias. A favor da organização dos jogadores em associações, critica o individualismo, defende a anistia, a Constituinte e, ao contrário de Pelé, acha que o povo brasileiro está preparado “como sempre esteve” para votar. (CASTRO, 2019, p. 24)

Reinaldo, sem dúvida nenhuma, foi umas das figuras do futebol que se posicionavam contra o regime e a favor da democracia, mas não foi o único. No outro grande clube de Belo Horizonte, o Cruzeiro, jogou um craque que atendia pelo nome de Tostão, que era um crítico ferrenho da ditadura, mas não era tão explícito nos seus posicionamentos. De acordo com o historiador Euclides Couto: “O Tostão tinha posições críticas, embora não exteriorizasse muitas vezes. Em 1970, ele deu uma entrevista emblemática ao Pasquim, mas depois recebeu uma ligação de que se ele voltasse a falar de política, seria afastado da Seleção. Como queria jogar a Copa, parou”. (STEIN, 2014).

Houveram outros grandes nomes do futebol que eram opositores ao regime, como João Saldanha, que já foi mencionado nesta monografia, Nando, que era irmão de outros três jogadores, Antunes, Edu e o mais famoso, Zico.

Aluno da Faculdade Nacional de Filosofia, Fernando Antunes Coimbra fez parte do PNA, o Plano Nacional de Alfabetização, de Paulo Freire. Paralelo aos estudos, Nando começou nas categorias de base do Fluminense, se profissionalizou no Santos de Vitória (ES), passou pelo América, Madureira e pelo Ceará, onde viveu o melhor momento da carreira em 1968. Do Vozão, foi para o Belenenses e depois para o Gil Vicente, ambos de Portugal. Vigado pela ditadura militar, foi preso pelo DOPS, o Departamento de Ordem e Política Social do regime militar e ficou encarcerado por cinco dias nos porões da Rua Barão de Mesquita, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Considerado subversivo pelo regime militar, teve a carreira bruscamente

interrompida na década de 1970. Fernando Antunes Coimbra é o primeiro ex-jogador de futebol anistiado no país. (LUDOPÉDIO, 2014)

Outro jogador que teve uma trajetória destacável na época da ditadura, foi Afonsinho. “O meia chamava atenção tanto por seu talento quanto por cursar medicina. Conciliava a universidade com os jogos pelo Botafogo, além de ser vinculado aos movimentos de rebeldia.” (STEIN, 2014).

Segundo Guazzelli (2010, p. 94) Afonsinho do Botafogo foi suspenso pelo treinador Zagallo por recusar-se a cortar os cabelos longos e a barba; numa decisão inédita, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) concedeu-lhe passe livre.

“Eu sou de uma família de ferroviários. Desde criança eu acompanhei greves, convivi com amigos do meu pai que eram militantes. Eu era estudante, tinha interesse pela questão social, pela participação política. Desde a minha saída de Jaú eu não concordava com o passe. Quando voltei do Olaria, as coisas ficaram piores”, conta Afonsinho em entrevista à Trivela. Segundo Euclides Couto, o meia se tornou um ícone no meio intelectual, que comprou sua briga. Venceu a queda de braço com o Botafogo e serviu exemplo para a sociedade. “A discussão teve um impacto grande. Era o auge da ditadura, quando se vivia uma grande censura. E acabou se tornando um meio de falar sobre uma complicação política, através do futebol. A minha situação tomou um vulto de discussão política”, analisa o ex-jogador. (STEIN, 2014)

E o movimento contra a ditadura, através do futebol, não partia apenas dos jogadores. Várias torcidas se engajavam na luta pela democracia, e um exemplo disso, foi durante um jogo contra o Santos, em 1979, onde a Gaviões da Fiel chegou a estender a faixa “Anistia ampla, geral e irrestrita”, em apoio ao processo que se intensificava naquele período. Houve repressão contra os organizadores da manifestação.” (STEIN, 2014).

Figura 03- Faixa em apoio à Anistia na torcida do Corinthians



Fonte: (JARDIM, 2019)

Esse ato da torcida corinthiana foi emblemática, pelo fato da faixa levada ao estádio Morumbi reivindicar a anistia, que era o perdão e o esquecimento dos crimes cometidos por quem se rebelava contra o regime. Em agosto de 1979, ainda durante a ditadura e após uma ampla mobilização social, o então presidente João Batista Figueiredo, sancionou a lei nº 6.683, A Lei da Anistia. Aquele grande ato que envolvia o Corinthians, era apenas um dos que ocorreriam na época do regime. Alguns anos depois, influenciados pelas manifestações em prol das Diretas Já, nascia aquilo que ficou conhecido como Democracia Corinthiana.

4.1 Diretas já e a Democracia corinthiana

Como já visto anteriormente nesta monografia, durante os 21 anos de regime militar, houveram várias manifestações contra a ditadura, uns mais violentos que envolviam guerrilheiros e luta armada, além de outros que eram organizados por movimentos civis ou artístico. Das reivindicações mais presentes em todas as manifestações, a do direito ao voto e a retomada da democracia através da escolha de representantes políticos era a mais forte.

Desde o golpe de 1964, o Congresso Nacional foi fechado e a escolha do presidente e governadores ficou sob a responsabilidade de uma junta militar, e após a promulgação da Constituição de 1967, a escolha do presidente passou a ocorrer por meio do voto do Colégio Eleitoral. (BEZERRA, 2020)

Já na década de 80, após a retomada da democracia com a Lei da Anistia (1979), foi

crescendo o desejo em grande parte da população brasileira pelo fim da ditadura e pela redemocratização do país, até que em 1982, o Brasil já apresentaria algumas mudanças no processo de rompimento com as ideias ditatoriais, que foram as eleições diretas para governadores em 1982.

As eleições diretas para governador de 1982 mostraram que a vontade do povo era diferente dos rumos que os militares davam. A oposição conquistou o governo de Estados tidos como chave, entre os quais se pode destacar São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Além disso, reduziu-se a vantagem numérica que o governo possuía dentro do Congresso Nacional, o que fazia com que se “a oposição unificasse seu voto, ela poderia bloquear qualquer lei governamental” (FERNANDES, 2017 apud SKIDMORE, 1988, p. 44).

Um ano depois, em 1983, inflado pelo sentimento dos votos, os partidos de oposição, junto aos movimentos populares, organizaram comícios pedindo a volta do voto direto. Essas manifestações ficaram conhecidas como “Diretas Já”. (COC, 2020).

Na perspectiva de eleições diretas, o deputado mato-grossense Dante de Oliveira apresentou em 1983 uma emenda constitucional. A proposta previa, ainda, o fim do Colégio Eleitoral. Se fosse aprovada, o voto direto ocorreria nas eleições de 1985. (BEZERRA, 2020).

Um dos principais articuladores do movimento era o deputado federal Ulisses Guimarães, que promoveu um debate no auditório de Goiânia, em maio de 1983. O ato foi um estopim para comícios que tomaram um país no qual passava por um momento conturbado, com a inflação chegando a 211%, a dívida externa comprometendo boa parte das riquezas do País, além da crise do petróleo que afastava investidores, aumentando assim, a insatisfação de um povo que já não aceitava perseguições políticas e a ineficiência econômica do governo militar. (BEZERRA, 2020).

Em meio a isso tudo, surgiu um movimento que foi importantíssimo para as “Diretas Já”. E ele veio diretamente do futebol, mais especificamente do Sport Club Corinthians Paulista, a denominada “Democracia Corinthiana”. que teve a luta pelo fim da ditadura militar no Brasil como uma das principais bandeiras. Jogadores como Sócrates, Wladimir, Casagrande, Zenon e outros ex-atletas do Timão participaram da campanha pela volta do direito ao voto para presidente. (GLOBO ESPORTE, 2020).

Num dos atos mais emblemáticos dos corinthianos naquela época, foi quando através de uma ideia do seu então publicitário Washington Olivetto, o Corinthians decidiu apoiar a causa das eleições diretas para governadores de 1982, grafando no lugar onde geralmente fica estampado a marca de patrocinadores, bem no meio da camisa, a frase “Dia 15 Vote”. A mensagem então foi passada não somente para torcedores do Corinthians, mas para vários outros brasileiros, que a partir

daquele momento sabiam que as eleições ocorreriam no dia 15 de novembro de 1982. (FERNANDES, 2017)

Dentro de campo a equipe corinthiana conquistava o bicampeonato paulista de 1983. Porém, mais uma vez, a maior lembrança não foi o desempenho do time nas quatro linhas com a conquista do troféu, mas sim uma nova manifestação política oficial por parte do clube. Na final contra o São Paulo o time entrou em campo com uma faixa com os dizeres: “GANHAR OU PERDER, MAS SEMPRE COM DEMOCRACIA”. (FERNANDES, 2017)

Com o movimentando consolidado e atuando junto das Diretas Já, o envolvimento de alguns jogadores com as manifestações em prol da redemocratização do Brasil foi crescendo, como no caso de Sócrates, um dos mais engajados daquele time, que em meio ao às reivindicações pelo voto direto, prometeu que só deixaria o Corinthians para atuar no exterior se a Emenda Dante de Oliveira não fosse aprovada. (GLOBO ESPORTE, 2020).

Embora aprovada pela maioria da população na época, a emenda foi reprovada em votação no Congresso. Então, Sócrates se transferiu para a Fiorentina, da Itália, e a Democracia Corinthia na foi perdendo força. Os maus resultados do time em campo, a criação do Clube dos 13 e outras mudanças no elenco minaram o movimento. A derrota de Adilson Monteiro Alves nas eleições do clube em 1985 selou o fim do período dentro do clube. (GLOBO ESPORTE, 2020).

Se o ano de 1985 simbolizou o fim do período da Democracia Corinthiana, para o país e para quem sempre lutou pela sua redemocratização, foi um ano importantíssimo. Chegava ao fim o Regime Militar que durou 21 anos. Iniciava então, o período chamado de “Nova República”, que foi marcado pelo retorno das liberdades sociais. (FERREIRA, 2018).

4.2 O fim da ditadura

Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos presidente e vice, através do Colégio Eleitoral. Apesar do voto ter sido facultado apenas a 686 pessoas (deputados federais, senadores e representantes dos legislativos estaduais), os brasileiros viveram uma catarse e foram às ruas gritar por Tancredo e festejar sua eleição. Mas a liga nação-cidadão ainda não estava firmada. Acredita-se que a morte prematura de Tancredo tenha colaborado para a construção de uma má vontade coletiva contra Sarney e o seu governo. O Brasil não havia satisfeito sua fome de democracia e precisava de mais. (SALEME, 2019).

O governo Sarney foi responsável por organizar uma nova Assembleia Constituinte, que foi responsável por redigir uma nova Constituição para o Brasil, que é a “Constituição Cidadã de 1988”. Durante o seu governo, José Sarney convocou o Congresso Nacional para que fossem

realizadas eleições constituintes, que elegeram 559 congressistas. Além da escolha dos congressistas, teve também a eleição do presidente da assembleia, que foi Ulysses Guimarães, o grande idealizador da nova Constituição Federal. (REDEMOCRATIZAÇÃO..., 2018)⁶

A assembleia teve duração de 19 meses, e que (de acordo citação indireta – politize) resultou na Constituição Cidadã, sendo uma das mais extensas constituições já escritas, com 245 artigos e mais de 1,6 mil dispositivos. Entre as principais determinações da Carta, estavam:

- Sistema presidencialista de governo, com eleição direta em dois turnos para presidente;
- Transformação do Poder Judiciário em um órgão verdadeiramente independente, apto inclusive para julgar e anular atos do Executivo e Legislativo;
- Intervencionismo estatal e nacionalismo econômico;
- Assistência social, ampliando os direitos dos trabalhadores;
- Criação de medidas provisórias, que permitem ao presidente da República, em situação de emergência, decretar leis que só posteriormente serão examinadas pelo Congresso Nacional;
- Direito ao voto para analfabetos e menores entre 16 e 18 anos de idade;
- Ampla garantia de direitos fundamentais, que são listados logo nos primeiros artigos, antes da parte sobre a organização do Estado.

Um ano depois, aquilo que era desejado por grande parte dos brasileiros durante todo o período da Ditadura Militar, e que teve o apoio de várias figura do futebol, veio acontecer. A primeiras eleições diretas com a participação do povo brasileiro, depois de 29 anos ocorreu em 1989, com a vitória de Fernando Collor de Mello, eleito com 53,03% dos votos contra 46,97% de Luiz Inácio Lula da Silva.

⁶ (4min20s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4qxmtfVCmPI&t=380s>>. Acesso em: 42 jun. 2021

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por objetivo central analisar o uso do futebol brasileiro como um instrumento político durante o período da Ditadura Militar (1964-1985). É possível observar dentro do período proposto que a modalidade esportiva foi um dos principais meios usados pelo governo com o fim de ter popularidade e conseqüentemente mais estabilidade. Sendo assim, o futebol e o regime militar ampliavam a sua abrangência no território nacional, a democracia recrudescia com o advento do autoritarismo e através de aparelhos repressivos, como a censura, havia manipulação da informação, sendo a propaganda ufanista com a conquista da Copa do Mundo de 1970, uma das mais marcantes da época.

Além disso, toda a estrutura cultural e social, passou por uma transformação, e claro, o futebol foi um fator preponderante para essa disrupção, desde a militarização da seleção brasileira até as construções de grandes arenas que faziam parte de um plano que visava mostrar para a população que o Brasil ia muito bem na parte econômica.

Além do uso do futebol como propagando pelo governo, também houve o uso do futebol contra o regime civil-militar, que se manifestou por meio de jogadores e movimentos que ajudaram a inflar manifestações que tinha o objetivo de derrubar a ditadura e alcançar a redemocratização do país.

Por fim, o trabalho evidencia que é uma falácia não colocar futebol e política dentro de um mesmo contexto, ou até mesmo que ambas não podem se misturar.

REFERÊNCIAS

A seleção que ‘presenteou’ a ditadura com uma taça. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/esportes/2020-06-07/a-selecao-que-presenteou-a-ditadura-com-uma-taca.html>>. Acesso em: 14 set. 2021.

BEZERRA, Juliana. **Diretas Já**. [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/diretas-ja/>>. Acesso em: 21 set. 2021.

BRAYAN, Rafael. **44 jogadores, 4 times e apenas uma seleção: o Pão e Circo de 1966**. [S.l.], 2018. Disponível em: <<https://www.torcedores.com/noticias/2018/08/futebol-pao-e-circo-1966>>. Acesso em: 16 set. 2021.

CASTRO, Lucas. **Marcação Cerrada: Subversivos do mundo da bola**. Brasília: UNB, 2019. p. 14-15. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25393/1/2019_LucasParenteDeCastro_tcc.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

Cinquenta histórias de futebol e Ditadura. [S.l.]: UFPR, 2014. Disponível em: <<http://www.forumverdade.ufpr.br/blog/2014/07/02/cinquenta-historias-de-futebol-e-ditadura/>>. Acesso em: 18 set. 2021.

CORTECERTU, Jair. 1969: Embaixador americano é alvo de sequestro no Rio de Janeiro. [S.l.], 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2019/09/1969-embaxador-americano-e-alvo-de-sequestro-no-rio-de-janeiro.shtml>>. Acesso em: 13 set. 2021.

CRUZ, Felipe. **Relembre a história de ‘Pra Frente Brasil’**. Veja, [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/cultura/relembre-a-historia-de-pra-frente-brasil-desenterrada-por-regina-duarte>>. Acesso em: 15 set. 2021.

Democracia Corinthiana: entenda o que foi e como se organizou o movimento contra a ditadura. Globo Esporte, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://ge.globo.com/futebol/times/corinthians/noticia/ultimas-noticias-corinthians-democracia-corinthiana-movimento-contraditadura.ghtml>>. Acesso em: 12 set. 2021.

FARIAS, José; SOARES, Fagno. **O FUTEBOL E A DITADURA MILITAR NO BRASIL: A Copa de 1970 no México e seus desdobramentos políticos-sociais**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/cccss/2016/02/futebol.html>>. Acesso em: 17 set. 2021.

FERNANDES, Daniel. **Futebol e política se discutem: O caso da democracia corinthiana**. Brasília, 2017. p. 44-64. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18063/1/2017_DanielSaranFernandes.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

FERREIRA, Marcelo. **Seis histórias sobre futebol e política na ditadura**. Brasil de Fato, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/03/28/seis-historias-sobre-futebol-e-politica-na-ditadura>>. Acesso em: 18 set. 2021.

FERREIRA, Maria. **História da República no Brasil: Nova República começa com o fim da ditadura militar**. [S.l.], 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2018/09/25/periodo-conhecido-como-nova-republica-comeca-com-o-fim-da-ditadura-militar-no-brasil>>. Acesso em: 15 set. 2021.

FINO, Patrícia; HINTZE, Helio. **Jogada de Médici: o uso da loteria esportiva pelo regime militar brasileiro**. [S.l.], 2017. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/paginasartigo/viewpagina?numeroPagina=1&artigo_id=95>. Acesso em: 16 set. 2021.

GUAZZELLI, Cesar. **Futebol em Tempos de Ditadura: o Rio Grande contra o Brasil**. [S.l.], 2010. p. 93-94. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/3756/2456>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

GUTERMAN, Marcos. **O Futebol Explica o Brasil: O caso da Copa de 70**. São Paulo, 2006. p. 57-58; 76-116. Disponível em: <<http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-46516/o-futebol-explica-o-brasil--o-caso-da-copa-de-70>>. Acesso em: 12 set. 2021.

História – Copa de 70, Ditadura e Propaganda. Youtube, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hCIM3M5oi1Q&t=992s>>. Acesso em: 13 set. 2021.

JARDIM, Roberto. **E o futebol encarou a ditadura**. Ludopédio, São Paulo, v. 116, n. 12, 2019. Disponível em: <<https://ludopedio.org.br/arquibancada/e-o-futebol-encarou-a-ditadura/>>. Acesso em: 18 set. 2021.

João Saldanha, o técnico que peitou milhares e denunciou a ditadura. [S.l.], 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/futebol-por-elas/joao-saldanha-o-tecnico-que-peitou-militares-e-denunciou-a-ditadura>>. Acesso em: 12 set. 2021.

JORGE, Amanda; CASTILHO, Felipe. **Instrumentalização de campo: futebol, estrutura e poder pós-64**. [S.l.]: UFPR, 2020. p. 6-8. Disponível em: <<https://eventos.ufpr.br/SDCP/SDCP2020/paper/view/3115/918>>. Acesso em: 12 set. 2021.

JUNIOR, Leandro. **Manifestações culturais**. [S.l.], 2011. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/historia/assunto/ditadura-militar/manifestacoes-culturais.html>>. Acesso em: 12 set. 2021.

MARETTI, Eduardo. **Chefe de segurança da seleção de 1970 era militar e torturador**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2014/06/chefe-da-seguranca-da-selecao-de-1970-era-um-torturador-diz-jornalista-em-seminario-8633>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

Memórias do Chumbo - O Futebol nos Tempos do Condor – Brasil. Youtube, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JYPGMktWMnc&t=1376s>>. Acesso em: 10 set. 2021.

MEZZADRI, Fernando et al. **As interferências do Estado brasileiro no futebol e o estatuto de defesa do torcedor**. São Paulo, 2011. p. 408-409. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16826/18539>>. Acesso em: 17 set. 2021.

Nando (Fernando Coimbra Antunes). [S.l.], 2014. Disponível em: <<https://ludopedio.org.br/entrevista/nando-fernando-coimbra-antunes/>>. Acesso em: 16 set. 2021

O que foi o movimento “Diretas Já?”. [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://www.coc.com.br/blog/soualuno/historia/o-que-foi-o-movimento-diretas-ja>>. Acesso em: 16 set. 2021.

PIRES, Breiller. **A seleção que ‘presenteou’ a ditadura com a taça**. El país, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/esportes/2020-06-07/a-selecao-que-presenteou-a-ditadura-com-uma-taca.html>>. Acesso em: 18 set. 2021.

REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL (1985-1989). Youtube, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4qxmtfVCmPI>>. Acesso em: 13 set. 2021.

SALEME, Ascânio. **30 anos da eleição de 1989, a mais esperada dos brasileiros**. [S.l.], 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/30-anos-da-eleicao-de-1989-mais-esperada-dos-brasileiros-24083116>>. Acesso em: 16 set. 2021.

SALGADO, Diego. **João sem medo**: Técnico que levou a seleção de 1970 ao México, Saldanha cobriu a Copa e se rendeu ao time que ajudou a montar. [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/reportagens-especiais/comunismo-invasao-armada-e-demissao-conheca-o-tecnico-que-montou-a-selecao-de-1970>>. Acesso em: 12 set. 2021.

SANTOS, Luiz. **A evolução da gestão no futebol brasileiro**. São Paulo, 2002. p. 52-. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5329/Luiz_Marcelo_Videro_Vieira_Santos.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

SCHATZ, Patrícia; ESPÍNDOLA, Carlos. **Jogos e Estratégias**: O campeonato brasileiro de futebol na década de 1970 e a política de integração nacional. Florianópolis, 2016. P. 308-309; 318-39; 322 Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/19444/19569>>. Acesso em: 15 set. 2021.

STEIN, Leandro. **Da criação do Brasileirão aos elefantes brancos, como o futebol entrou no Plano de Integração Nacional**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<https://trivela.com.br/brasil/da-criacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-plano-de-integracao-nacional/>>. Acesso em: 10 set. 2021.

STEIN, Leandro. **Onze vozes do futebol que se rebelaram nos anos de ditadura**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<https://trivela.com.br/brasil/onze-vozes-futebol-que-se-rebelaram-nos-anos-de-ditadura/>>. Acesso em: 19 set.. 2021.

SUDRÉ, Lu. **Entenda o que foi o AI-5, ato ditatorial defendido por Eduardo Bolsonaro**. São Paulo: Brasil de Fato, 2019. Disponível em: <

<https://www.brasildefato.com.br/2019/10/31/entenda-o-que-foi-o-ai-5-ato-ditatorial-defendido-por-eduardo-bolsonaro>>. Acesso em: 18 set. 2021.

XAVIER, Eduardo; ALMEIDA, Marco. **As leis sobre atividade física no Brasil Nacional Desenvolvimentista**: análises e considerações. Buenos Aires: [s. n.], 2012. Disponível em: < <https://www.efdeportes.com/efd171/as-leis-sobre-atividade-fisica-no-brasil.htm>>. Acesso em: 18 set. 2021.